

368/2001/CON/2001

ILMO. SR. DR. IVON BORGES MARTINS - DD.  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Senhor Presidente,

FEM	
PROTOCOLO Nº	36
DIVISÃO:	FL Nº
MAT.:	VISTO:

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

**SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto**, Autarquia do Município de Governador Valadares/MG, CNPJ 20.607.735/0001-95, c/ endereço à Rua Quintino Bocaiúva nº 41 – Centro, representada pelo seu Diretor Geral, Engº. **Renato Fraga**, vem, perante V.Exa., no prazo do art. 25 do Dec. 39.424, de 05/02./98, apresentar **DEFESA ADMINISTRATIVA** concernente a Auto de Infração nº 290/2001, que foi expedido com base em Boletim de Ocorrência da Polícia Florestal, em Governador Valadares, MG, de nº 402, de 07/07/2001:

## I - DOS FATOS

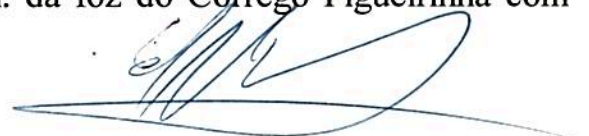
No dia 07/07/2001, em decorrência de súbito defeito na torneira do tanque de armazenamento de hidróxido de sódio, aconteceu o mencionado vazamento acidental deste produto.

De imediato foram tomadas medidas contensivas e comunicado o fato ao Corpo de Bombeiros, sendo lavrado o mencionado BO.

## II - HIPERDIMENSIONAMENTO DOS DANOS AMBIENTAIS

Mencionado Boletim de Ocorrência peca por trazer tremendo exagero ao dimensionar as conseqüências do vazamento de hidróxido de sódio ocorrido.

Constou-se naquele BO que o derramamento do produto causou “*mortandade de milhares de peixes de várias espécies*” quando isso está muito longe de ser verdade, uma vez que foram detectadas no momento imediato e subsequente ao ocorrido a morte de **alguns poucos peixes**, e isto somente num raio de no máximo 500 m. da foz do Córrego Figueirinha com Rio Doce.



DIRF/AUCER

Não é verdade também que o fato foi noticiado aos policiais florestais por terceiros. Tal comunicação partiu desta Autarquia, que, inicialmente, comunicou ao Corpo de Bombeiros, que levou a informação para a Polícia Florestal.

Inclusive, tão diminutas foram as conseqüências que noticiado o fato na imprensa televisada e escrita não foi dado qualquer realce ao caso, tendo sido publicada apenas uma nota inserida em outro assunto no Diário do Rio Doce, Jornal de maior circulação neste Município, conforme documento anexo.

Não resultou dano à flora, lençol freático, tão pouco se tem notícia de que houve prejuízo à saúde ou bem estar de qualquer pessoa.

### III - DESPREZÍVEL TEOR NOCIVO DO PRODUTO:

O produto derramado, ou seja, o hidróxido de sódio, não é elemento de elevado grau de poluição.

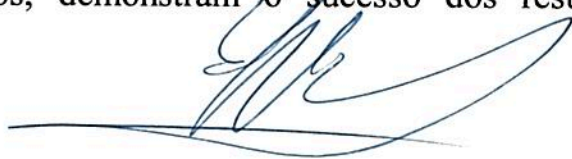
Aliás sua destinação seria mesmo a própria água, já que é utilizado em seu tratamento para uso da população.

Não pode ser tratado como elemento químico nocivo ao meio ambiente, assim como os produtos, tais como os combustíveis tóxicos. Tanto isso é verdade que **os danos restringiram-se ao momento do derrame do material químico**, isto é, foram transitórios, tendo sido cessados seus efeitos tão logo diluído pelas águas.

### IV - MEDIDAS CONTENSIVAS:

De imediato ao ocorrido o pessoal técnico da Autarquia tomou todas as providências necessárias para neutralizar os efeitos do produto através da adição imediata e ininterrupta de água acidificada.

Tal providência diluiu o produto e neutralizou consideravelmente seus efeitos danosos, tanto isso é verdade que o resultado dos exames físico-químicos, realizados por técnicos especializados do laboratório da Autarquia a partir de amostras colhidas no local no dia e nos dois dias subseqüentes aos fatos, conforme relatórios anexos, demonstram o sucesso dos resultados obtidos.





## **V - MEDIDAS PREVENTIVAS**

Como medidas preventivas a ocorrências dessa natureza está sendo providenciado por esta Autarquia, ao longo dos reservatórios, a construção de um duto de retenção e direcionamento de produtos em eventual caso de acidente que resulte em vazamento descontrolado.

## **VI - MEDIDAS REPARATIVAS**

Não obstante às conseqüências diminutas do acidente para o meio ambiente, esta Autarquia não mediu esforços em promover a imediata reparação dos danos, encomendando projeto para promover a repovoação da ictiofauna da bacia hidrográfica do Rio Doce com espécies nativas, projeto este elaborado por Biólogo com experiência no assunto e que está sendo submetido aos órgãos ambientais para apreciação e aprovação e posterior execução.

## **VII - AUSÊNCIA DE ANTECEDENTES DESTA NATUREZA:**

Digno de nota e informação que não pode ser olvidada é a que se refere aos os bons antecedentes desta Autarquia no trato com o meio ambiente.

Efetivamente, nunca se teve notícia, desde a sua fundação em 14/11/52, da ocorrência de qualquer acidente ambiental em que estivesse envolvida, fato que é noticiado inclusive pela imprensa, pelo contrário, sempre desenvolveu suas atividades com toda responsabilidade e respeito pela natureza e meio ambiente, de onde, aliás, retira o precioso líquido que é servido à população.

## **VIII - DO PEDIDO:**

Isto posto pugna pela improcedência do auto de infração, considerando-se inclusive o fato de que a Autarquia vem tomando medidas para não somente restabelecer as condições e padrões ambientais mas para enriquecer o meio ambiente com a execução de projeto visando a repovoação da ictiofauna da abacia hidrográfica do Rio Doce.



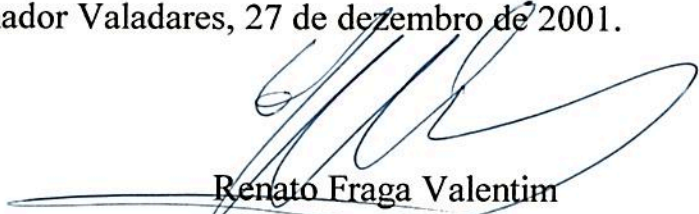
Caso se decida pela aplicação de alguma pena, requer que seja a mínima prevista no inciso I do art. 16 da Lei Estadual 7.772 de 08/09/1980 (advertência), considerando-se as mínimas conseqüências do ocorrido, a presença das circunstâncias atenuantes do inc. I “a” (reparação do dano) e “b” (comunicação imediata à autoridade ambiental) a ausência de agravantes do inciso II do art. do § 1º do art. 21 do Dec. 39.424 de 05/02/98, dos quais se destaca a falta de reincidência, a falta de dolo eventual, ausência de dano à saúde humana e prejuízo à propriedade; incluindo mais o bom histórico desta Autarquia no trato com o meio ambiente e as efetivas medidas reparadoras e preventivas já tomadas.

Protesta por todos os meios de prova permitidos em direito, se necessário a testemunhal, documental, - juntada posterior de novos documentos – além dos seguintes, que acompanham a presente:

- Cópia do BO 402;
- Cópia autenticada do Memorando de nº 011/01, emitido pela Divisão de Operação do SAAE, datado de 06/08/01, que traz pormenores sobre o caso;
- Cópia de publicação jornalística datada de 10/07/01;
- Cópia da “Proposta de Projeto de Peixamento com Espécies Nativas da Bacia Hidrográfica do Rio Doce”
- Cópia do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado perante a 10ª Promotoria de Justiça de Governador Valadares – Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão.

Termos em que pede deferimento.

Governador Valadares, 27 de dezembro de 2001.



Renato Fraga Valentim  
Diretor Geral do SAAE